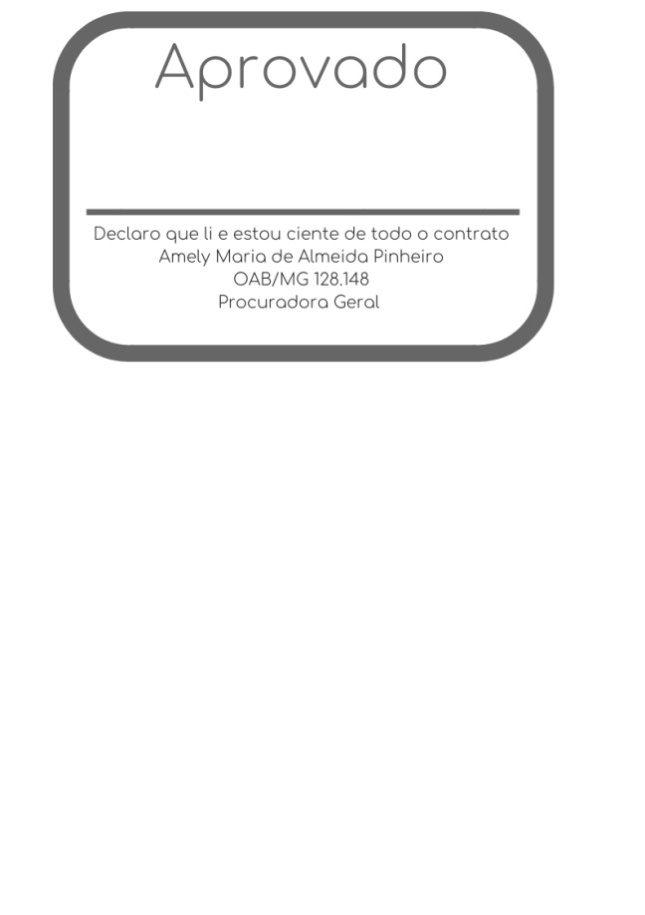
**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 128/2020**

Processo Licitatório nº.: 038/2020

Modalidade: Dispensanº.: 006/2020

Fiscal do Contrato/Gestor do Contrato: **Maraísa Correa Silveira Amorim**

Por este contrato de prestação de serviços, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **JOÃO CARLOS NOGUEIRA DE CASTILHO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 211.171 da SSP/DF e do CPF nº 096.557.941-72, residente e domiciliado na Rua José Félix, nº 59, Centro, em Presidente Olegário - MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **ANTONIO DE PADUA ALVES & CIA LTDA***,* pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. 19.334.622/0001-84 situada RUA FELISBERTO FONSECA, 234, CENTRO, Presidente Olegário/MG, CEP 38750-000, neste ato **REPRESENTADA** por seu representante legal, o Sr. ANTONIO DE PADUA ALVES, inscrito no CPF nº. 287.589.606-78, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato, sob a regência das Leis Municipais vigentes, Lei Federal nº. 8.666/93, e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

1.1. O presente contrato decorre do processo licitatório nº. 038/2020 por meio da Dispensanº.: 006/2020 regido pelo disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas pertinentes.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E SECRETARIAS REQUISITANTES**

**2.1.** O presente contrato tem **como** objeto do presente contrato é a **aquisição de cestas básicas para oferta de auxílio emergencial a população em vulnerabilidade social devido à pandemia covid19 em nosso Município** que decorre do Processo Licitatório nº. 038/2020 por meio da Dispensanº.: 006/2020 regido pelo disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 e demais normas pertinentes.

**2.2.** Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, o Termo de Referência do Edital de licitação e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA no Processo Licitatório nº 038/2020, Dispensanº.: 006/2020.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**3.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

**3.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**3.1.2. Efetuar o pagamento em conformidade com a Cláusula Quarta deste instrumento.**

**3.1.3.** Responsabilizar-se pela designação de servidor para recebimento e conferência dos produtos entregues pelas empresas contratadas.

**3.2. São obrigações da CONTRATADA:**

**3.2.1.** Cumprir fielmente este contrato, executando-o sob sua inteira responsabilidade, vedada sua transferência a terceiros, total ou parcial;

**3.2.2.** Responsabilizar-se por todos os encargos que incidirem sobre a execução deste contrato;

**3.2.3.** Será de responsabilidade da contratada a perfeita execução do objeto deste contrato.

**3.2.4. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto ao fornecimento.**

**3.2.5.** A contratada deverá se responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: remuneração dos funcionários, eventuais despesas com transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações por rescisões e quaisquer outras que forem devidas aos contratados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

**3.2.6.** Manter, durante a vigência desta ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei n° 8.666/93.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**4.1.** O presente contrato tem o seu valor com o total de **R$ 5.029,80 (Cinco mil e vinte e nove reais e oitenta centavos).**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Quantidade** | **Unidade** | **Valor do Item** | **Valor Total** |
| **ANTONIO DE PÁDUA ALVES E CIA LTDA** | | | | | |
| 001 | CESTA BÁSICA | 60 | Unidades | R$ 83,83 | 5.029,80 |
| **Total do Fornecedor: 5.029,80** | | | | | |

**4.2.** Os pagamentos serão realizados pelo Município em **até 10 (dez) dias após** a apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos produtos.

**4.3.** O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

**4.3.1. Em caso de alteração de conta bancária, a contratada deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.**

**4.4.** Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017).

**5. CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**5.1.** O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o **equilíbrio econômico-financeiro** do Contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

**5.2.** A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual. **ÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** A despesa com as aquisições correrá à conta da dotação orçamentária abaixo, relativa ao exercício de 2020 e suas correspondentes ao ano posterior.:

**Fichas: 436 - 02.06.04.08.244.0801.2067 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço p/Dist.Gratuita.**

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO**

**7.1.** O prazo de validade deste contrato será de **120 (cento e vinte) dias**, a contar da data de sua assinatura, findando em 13 de setembro de 2020.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DO FORNECIMENTO**

**8.1.** A contratada se responsabiliza pelo fornecimento das cestas básicas, conforme objeto do presente contrato, que deverá ser entregue de forma parcelada ou total, obedecendo aos cronogramas determinados pela secretaria solicitante, sem ônus para o Município, e fica na obrigação de aceitar a Nota de Autorização de Fornecimento (NAF) que porventura lhe seja enviada como resultado da presente dispensa de Licitação durante toda a vigência do contrato.

**8.2** A entrega não efetuada no prazo determinado pelo item anterior da presente contratação, sujeitará a contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes.

**8.2.1.** O contratado se compromete a acompanhar o e-mail informado para apurar o recebimento de NAF.

**8.2.2.** Excepcionalmente, desde que devidamente justificados e aceitos pela administração, serão tolerados pequenos atrasos.

**8.2.3.** Após transcorridos 30 dias corridos, constatada a não entrega dos produtos, a empresa será notificada extrajudicialmente.

**8.3.** A entrega, das cestas básicas, deverá ser feita conforme as solicitações da secretaria requisitante.

**8.4.** Será de responsabilidade da empresa contratada a entrega do produto conforme especificado e conforme proposta aceita. Não será admitida em hipótese alguma a entrega do produto danificado, sob pena de suspensão do fornecimento e demais medidas legais.

**8.5.** O produto, mesmo entregue e aceito, ficará sujeito à substituição desde que comprovada a preexistência de defeitos, má-fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto.

**8.6.** A Prefeitura Municipal de Presidente Olegário - MG reserva-se no direito de não receber os produtos que estiverem em desacordo com as disposições apresentadas neste instrumento convocatório.

**8.7. A não entrega, a entrega incompleta ou insatisfatória dos itens, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas neste instrumento bem como as previstas em leis vigentes.**

**9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

**9.1.** A recusa do adjudicatário em fornecer os produtos no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, bem como o atraso, caracterizará descumprimento da obrigação assumida e permitirá a aplicação das seguintes sanções pelo MUNICÍPIO:

**9.1.1.advertência**, que será aplicada sempre por escrito;

**9.1.2.multas;**

**9.1.3.suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Presidente Olegário;**

**9.1.4.indenização ao MUNICÍPIO da diferença de custo para aquisição dos produtos de outro licitante;**

**9.1.5.** declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo não superior a cinco anos.

**9.2.** Será aplicada multa a razão de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia de atraso na inexecução do contrato;

**9.3.** Será aplicada multa a razão de 3,0% (três por cento) sobre o valor total do fornecimento, por inexecução parcial das obrigações contratuais;

**9.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da aquisição;**

**9.5.** As sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa ao LICITANTE, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato;

**9.6. Extensão das penalidades:**

**9.6.1.** A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

a) retardarem a execução do pregão;

b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração;

c) fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

**10.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Olegário/MG, 13 de maio de 2020.

|  |
| --- |
| **MUNICIPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**  João Carlos Nogueira de Castilho  Prefeito Municipal |

|  |  |
| --- | --- |
| **MARAÍSA CORREA SILVEIRA AMORIM**  Secretária Municipal de Assistência Social | **ANTÔNIO DE PÁDUA ALVES & CIA LTDA**  Antônio de Pádua Alves |

**TESTEMUNHAS:** I - \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Fabrícia Cristina Carvalho Barbosa Gomes CPF.: 096.833.046-05

II - \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Julia Gabriela Moreira CPF.: 114.513.906-02